

Leticia Zaniol Kayamori (UFPR)

Xetá; Arquivo; Fabulação crítica

Antes de iniciar, gostaria de dizer que cheguei ao estudo sobre os Xetá na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2022, através do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-UFPR). Ingressei na equipe de etnologia do museu e fui alocada em um projeto de extensão que visava à catalogação do acervo museológico e arquivístico dos Xetá. Eu e outro colega trabalhamos durante um ano, examinamos peças Xetá dentro da reserva técnica, em Curitiba, e construímos um esboço de catálogo, utilizando como referencial pesquisadores da antropologia e da museologia. Nessa época, aprendi muito sobre o funcionamento do museu, sobre a história dos Xetá e sobre os registros que foram feitos à época da colonização do noroeste paranaense.

Os Xetá são um povo originário da região noroeste do Paraná, do tronco linguístico tupi-guarani, que ocupavam áreas próximas ao rio Ivaí, na Serra dos Dourados. Essa região, hoje, abrange os municípios de Umuarama, Ivaté, Icaraíma, Douradina, Maria Helena, Nova Olímpia, entre outros (Mota, 2013). O grupo foi brutalmente afetado pelas políticas de colonização implementadas pelo governo estadual nas décadas de 1940 e 1950, que resultaram em um processo de genocídio, com dispersão da população sobrevivente e expropriação de suas terras.

Essas políticas foram conduzidas pelos governadores da época, Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha, entusiastas da “modernização” e das ideias de “progresso” para o estado. Desse modo, foram implementadas medidas para a colonização de áreas no noroeste consideradas “devolutas” que deveriam ser ocupadas por migrantes, trabalhadores e brancos (Zilli, 2022). Assim, através das companhias colonizadoras Suemitsu Miyamura & Cia. Ltda e Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO), a região começou a ser invadida e desmatada para dar lugar à monocultura cafeeira e às pastagens (Silva, 1998).

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

Nesse cenário de invasão, os Xetá - que já evitavam o contato com os brancos - acabaram alcançados pelas violentas investidas coloniais, o que culminou na drástica redução do grupo e, por fim, na diáspora de seus sobreviventes. Conforme constatado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pela Comissão Estadual da Verdade (CEV), no contexto Xetá, o conjunto documental explorado revelou testemunhos de violência que permitem classificar o caso como genocídio (Lima, Pacheco, 2017). São casos de envenenamento, fome, sequestro, invasão, confisco de terra, remoção forçada, assassinatos, suicídio, massacres com armas de fogo e incêndios em aldeias (Lima, 2021, p. 16; Silva, 1998, p. 165; Pacheco, 2018, p. 25).

Foi nesse contexto que iniciei minha pesquisa. Rapidamente compreendi que trabalhar com documentos e objetos musealizados dos Xetá significava lidar com uma história repleta de violências, perdas e lacunas, o que demanda sensibilidade. Como aponta Saidiya Hartman (2020), trata-se de um esforço para falar de vidas cujos nomes não foram preservados, de pessoas esquecidas, considerando a perda e respeitando os limites do que não pode ser plenamente conhecido. Também implica reconhecer a agência daqueles que "não são imediatamente identificados como sujeitos": as pessoas documentadas, mas também os próprios documentos e objetos que constituem o arquivo (Lowenkron; Ferreira, 2014).

Mesmo diante dessas dificuldades, permaneci interessada em enfrentar esse desafio, reconhecendo a importância política e patrimonial dos acervos relacionados aos Xetá. Afinal, trata-se de um povo que ainda luta pela demarcação da Terra Indígena Herarekã Xetá² e pelo reconhecimento de sua existência contemporânea, contrapondo-se às frequentes representações que os descrevem como extintos ou em vias de extinção (Leite, 2017).

Esse percurso desdobrou-se, inicialmente, em uma pesquisa de iniciação científica, depois em minha monografia e, por fim, no projeto de mestrado, dedicado ao arquivo do Centro de Documentação da História de Umuarama, onde passei a investigar os registros Xetá, seguindo a pista indicada por Mota e Faustino (2018), que apontam a

² A TI foi identificada em 2014 com 2.686 hectares, aproximadamente 22 km de perímetro no município de Ivaté (PASSOS, 2021). Nessas terras está localizada uma única propriedade, a Fazenda São Francisco, patrimônio da família proprietária-fundadora do Bradesco que é também dona do patrimônio da antiga companhia de colonização COBRIMCO (PACHECO, 2018). Atualmente, o processo contém contestações que se baseiam principalmente na tese do Marco Temporal.

importância de investigar a documentação produzida e preservada sobre o grupo no interior do estado.

Parti da hipótese de que tais documentos podem contribuir para evidenciar de forma mais contundente a presença dos Xetá como povo originário da Serra dos Dourados, bem como a violência do contato que resultou no esbulho de suas terras, no genocídio e na dispersão de seus sobreviventes. Afinal, aos documentos é atribuído um importante poder social: eles expressam formas de controle da sociedade sobre a memória e sobre o futuro (Le Goff, 1988 *apud* Frehse, 2005).

Ao inscrever-me neste encontro, meu foco e interesse não é apenas o arquivo, mas se estende também à cidade de Umuarama - e também minha própria busca -, ainda numa tentativa de contribuir para os esforços da etno-história e da antropologia em localizar registros sobre o grupo. Trata-se, portanto, de seguir buscando vestígios, não apenas para reconstruir uma história fragmentada, mas também para compreender como ela foi narrada, silenciada ou transformada no espaço público de Umuarama.

Assim, esta comunicação apresenta o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado e reflete sobre a construção dessa investigação a partir do trabalho realizado no Centro de Documentação da História de Umuarama e em outros espaços da cidade. Portanto, trata-se de compartilhar percursos que não se fazem de maneira isolada, mas em relação com outras pessoas, materiais e experiências, entendendo a pesquisa como uma prática coletiva de produção de conhecimento.

Minha comunicação está organizada em três partes. Na primeira, apresento o Centro de Documentação da História de Umuarama; na segunda, discuto o movimento de luz e sombra que atravessa a cidade; e, na terceira, reflito sobre os futuros passados dos Xetá que emergem dessas relações.

Esse movimento de luz e sombra diz respeito à tensão entre, de um lado, a presença dos Xetá no espaço urbano - visível em nome de ruas, praças e homenagens espalhadas pela cidade - e, de outro, a narrativa oficial produzida pela própria municipalidade, especialmente no site da prefeitura, que localiza a origem de Umuarama à Inglaterra.

O Centro de Documentação da História de Umuarama

Embora minha pesquisa tenha me levado a Umuarama, meu vínculo com a cidade é muito anterior a ela. Meus avós moram no município desde a década de 1970, e passei ali grande parte das férias da infância. Durante anos, caminhei por suas ruas sem saber que aquele território era também parte da história dos Xetá. Não tinha ideia da violência e da luta que se estenderam em torno da demarcação de uma terra para um povo originário dali. Essa ausência me inquietava, e comecei a perguntar ao meu pai, aos meus tios e aos meus avós se sabiam algo sobre os Xetá.

Eles não vivenciaram o período da colonização, mas ainda assim, afirmaram conhecer a história. Meu tio, por exemplo, lembra de ter aprendido sobre os indígenas na escola. Foi assim que os Xetá apareceram, pela primeira vez, como questão para mim na cidade para a qual decidi retornar a fim de realizar esta pesquisa, cujo projeto inicial era investigar documentos sobre eles existentes na prefeitura.

Quando iniciei o trabalho de campo, imaginei que encontraria, com alguma facilidade, na prefeitura os documentos centrais da pesquisa. O que encontrei, porém, foi uma sucessão de negativas burocráticas. Meu pedido percorria diferentes secretarias, como a secretaria da Fazenda, a secretaria da Habitação e a secretaria de Inovação Ciência e Tecnologia. Passava também pela ouvidoria, mudava de setor, mas parecia nunca encontrar um responsável. Em alguns momentos, chegaram a sugerir que eu desistisse da busca. Em geral, ninguém parecia saber como me orientar, e eu era constantemente direcionada ao Centro de Documentação da História de Umuarama. Essa se tornou minha rotina no início do trabalho de campo: receber um “não” pela manhã na prefeitura e, à tarde, sentar-me para consultar documentos no Centro de Documentação.

O Centro é, de fato, um bom espaço de pesquisa. O arquivo é acessível e já foi utilizado em trabalhos como a tese de Haracenko (2007) e na minha própria monografia de conclusão de curso (Kayamori, 2023). Não se trata de um arquivo inadequado; apenas não era o foco inicial do meu projeto. Mas, conforme Rosana Guber (2005), as técnicas antropológicas não seguem fórmulas fixas: a flexibilidade é constitutiva do trabalho de campo. O campo nunca é dado; ele é construído na relação. E eu precisaria, ali, construir um novo recorte para fazer o meu campo.

O Centro de Documentação da História de Umuarama está localizado no Centro Cultural Vera Schubert e é supervisionado por bibliotecárias que permitem o acesso de

pesquisadores para consulta local dos materiais. Trata-se de uma sala pequena, mas densamente preenchida por elementos relacionados aos Xetá. Existem armários arquivísticos com etiquetas indicativas dos conteúdos, estantes com livros, fotografias, álbuns, porta-retratos e banners. Muitos dos itens não estão devidamente identificados ou contextualizados, permanecendo dispersos e armazenados de forma pouco sistematizada.

Assim, diante das negativas da prefeitura, fui deslocando o eixo da investigação e, enquanto pela manhã recebia recusas das secretarias, à tarde construía outro percurso possível nos documentos do Centro de Documentação. Foi desse movimento que surgiu um novo campo de pesquisa. Já não investigava apenas documentos sobre os Xetá, mas minha própria busca pelos espaços, silêncios e memórias que percorrem Umuarama.

Essa busca começa pelo arquivo do Centro de Documentação da História de Umuarama, com as mesmas intenções do projeto inicial: pensar o arquivo, enquanto repositório de documentos e fragmentos do passado, como um símbolo de memória, mas também encarar seu conteúdo de forma crítica, pois o arquivo não é neutro. Assim como a memória é socialmente construída e disputada, “toda documentação também o é” (Pollak, 1992, p. 207).

Os documentos refletem uma construção que envolve escolhas sobre o que é preservado e o que é esquecido ou pode ser esquecido. Revelando, portanto, as relações de poder que permeiam as escolhas de preservação e esquecimento. Nesse sentido, o arquivo é político e permite que visualizemos as disputas e, por consequência, quais narrativas são selecionadas para seguirem habitando a cidade e quais ficam escondidas, silenciadas nas gavetas e protegidas do acesso indiscriminado (Triana, 2022). Assim, longe de ser tomado como uma fonte pronta, o arquivo exige um olhar crítico que reconheça que seu potencial tanto para complementar e perpetuar narrativas já conhecidas quanto para desafiar memórias já instituídas.

Afinal, o arquivo, sendo sempre fragmentado, revela mecanismos de poder colonial: controla o passado, o que é mantido na memória oficial e determina quem acessa as informações. Ao mesmo tempo, a própria existência do arquivo ameaça constantemente esses mecanismos porque outras memórias ali escondidas podem ser reveladas (Triana, 2022).

Isto posto, o arquivo, aqui concebido como um espaço vivo, repleto de tensões, omissões e ambiguidades (Triana, 2022), constitui-se como campo-arquivo. Apesar da aparente falta de contato íntimo com quem se deseja compreender - o que foi consagrado por Malinowski (1922) como sendo essencial para o trabalho de campo - o pesquisador no arquivo fica corpo a corpo com o documento, estabelecendo, portanto, um espaço de interlocução (Frehse, 2005).

Segundo as pesquisadoras Laura Lowenkron e Letícia Ferreira (2014), a etnografia de documentos exige deslocar a centralidade da observação participante e reconhecer que carimbos, assinaturas, brasões, o tipo de papel e outras inscrições produzem institucionalidades, hierarquias e autoridades. São performatividades institucionais, rituais da burocratização que se estendem também ao trato dado ao arquivamento e acervo desses documentos uma vez que são tratados como históricos. Portanto, Lowenkron e Ferreira (2014) propõem que o antropólogo investigue o próprio ato de documentar, pensando o espaço social de fabricação, circulação e arquivamento que oferece um olhar privilegiado.

Nesse sentido, arquivos e documentos, frente ao pesquisador, são sujeitos a exercícios imaginativos baseados em inscrições. Toda história é, assim, um exercício imaginativo, produzido em contextos específicos e carregado por disputas de sentido. A pesquisa em documentos, portanto, envolve interpretar e atribuir sentido aos registros disponíveis.

Assim, o arquivo apresenta-se como um possível interlocutor - que sempre é uma construção do antropólogo - dotado de informações sobre um modo de inserção específico da realidade estudada. Cabe ao pesquisador fazer suas perguntas, reconstituir mentalmente imagens e conexões entre eventos e pessoas, fazendo uma construção das construções do arquivo (Frehse, 2005), que, por sua vez, é sempre intencional e político (Triana, 2022). Por isso, estar no campo-arquivo significa desnaturalizar a existência do arquivo: ele é constituído, organizado e movimentado por diferentes sujeitos, grupos e instituições - de seus produtores e proprietários aos arquivistas, servidores e pesquisadores (Silva, 2018). Isto é, requer considerar as construções que fazem do arquivo o que ele é.

No entanto, como bem pontuado por Lowenkron e Ferreira (2014, p. 18), mover-se pelo arquivo colonial exige cautela para não assumir, de antemão, que já conhecemos seus roteiros e mecanismos - seus *scripts*. Como argumenta, tomar o arquivo apenas

como espaço onde se pode “escavar vozes subalternas” ou resgatar gestos de resistência pode limitar nossas possibilidades analíticas.

Considerando isso, durante esse período no campo-arquivo, realizei a busca, leitura, seleção e organização, em planilha, dos documentos encontrados sobre os Xetá. Esses documentos foram sistematizados a partir de categorias já incorporadas por outros pesquisadores que se dedicaram à temática (Mota; Faustino, 2018; Lima, 2021), o que permitirá a posterior esquematização e interpretação dos dados, a comparação de informações e a formulação de hipóteses. Como o Centro de Documentação da História de Umuarama não segue uma organização arquivística sistematizada, essa organização na planilha não será exaustiva, até porque o objetivo da pesquisa não é apenas coletar documentos. Ainda assim, considero importante organizar aqueles que estabeleço contato, que manuseio e mobilizo neste trabalho.

Em uma disciplina da pós-graduação, realizamos o exercício de desenhar, em uma folha A4, nosso objeto de pesquisa - algo que já é difícil de definir em palavras; desenhar, então, tornou-se ainda mais desafiador. Percebi, ao final, que havia ocupado apenas metade da folha. Desenhei uma sala fechada, um gavetão de arquivos, folhas espalhadas pelo chão, uma mesa no canto e um computador. Me desenhei lendo um documento, cercada por pontos de interrogação. Um colega, com atuação em psicanálise, perguntou por que eu havia deixado metade da folha em branco e, brincando, me provocou, sugerindo que talvez eu estivesse escondendo algo. A observação dele permaneceu comigo.

De fato, o que eu chamei de “campo-arquivo” jamais se restringiu somente à sala de consulta que desenhei. Desde o primeiro dia, ele já tencionava seus próprios limites. Se, por um lado, fui bem recebida no Centro de Documentação, por outro, enfrentei negativas da prefeitura, encaminhamentos de secretaria em secretaria e ouvi pessoas me orientando à desistir. O campo era feito também desses momentos, dessas portas abertas e fechadas.

E, entre os documentos, encontrei relatos que despertaram em mim o ímpeto de seguir seus rastros para além das gavetas arquivísticas. A pesquisa passou, assim, muito rapidamente a se constituir como uma busca pelos espaços e pelas memórias Xetá na cidade fora da sala de documentos. A partir de referências e relatos encontrados no arquivo, fui em direção às pessoas: conheci e entrevistei, por exemplo, uma senhora que cuidou de um menino Xetá durante parte de sua infância. O menino era Natal Xetá,

conhecido na literatura por ter sido levado para longe de sua mãe por um frei capuchinho - o Frei Estevão - em 1956 (Silva, 1998).

Diante do exposto, talvez a metade em branco da folha A4 fosse a parte do campo que já estava presente, mas me escapava e eu ainda não sabia nomear.

Ao retomar esse episódio, encontrei amparo nas reflexões de Aina Azevedo (2016) sobre o uso do desenho na antropologia. A autora discute as formas de registro em campo ao propor a existência de um diário predominantemente gráfico, voltado ao desenho. Para ela, o desenho amplia a percepção analítica, constituindo-se como uma forma específica de observação e descrição, capaz de “revelar algo não premeditado” (Azevedo, 2016, p. 105). Ou seja, ao desenhar, o pesquisador interrompe a escrita automática e observa. Foi o que aconteceu comigo: ao desenhar e, portanto, ao olhar de outra maneira, percebi que o campo todo que eu vivia não cabia na cena que eu havia delimitado. A metade em branco da folha já anunciava aquilo que excedia o enquadramento que eu formulava em palavras.

O desenho, sendo assim, pode ser parte valiosa da pesquisa. Compreendendo isso, pretendo incorporar o desenho ao meu caderno de campo - não em um diário exclusivamente gráfico, por questões práticas -, como prática de observação que pode ampliar minha percepção, registrando aquilo que a escrita, por vezes, não alcança.

Luz e Sombra

Ao me aproximar do arquivo do Centro de Documentação da História de Umuarama, tornou-se evidente que a cidade construiu para si uma narrativa fortemente ancorada no pioneirismo, no progresso e na modernidade. A edição especial da Gazeta de Umuarama, publicada em 1965 em comemoração aos dez anos do município, é exemplar nesse sentido. Dedicada "a Umuarama e aos seus 10 anos de progresso", a publicação mobiliza reiteradamente expressões como *progresso*, *cidade predestinada*, *prosperidade*, *evolução*, *esforço*, *pioneirismo*, *orgulho*, *grande futuro* e *avanço*. Mais do que descrever a cidade, essas recorrências constroem um imaginário sobre sua origem e seu destino.

Essa construção também se manifesta na forma como a história de Umuarama é narrada. Tanto a edição comemorativa da Gazeta quanto o atual site da prefeitura fazem a cidade nascer a partir da Europa. Segundo a narrativa do jornal, tudo começa quando

um grupo de homens europeus, diante de mapas que indicavam grandes extensões de "terras desabitadas, mas com grandes potencialidades", decidiu investir na colonização da região. Já o site da prefeitura afirma que, em 1924, Lord Lovat veio de Londres ao norte do Paraná para fundar a Brasil Plantations, empresa posteriormente incorporada à Paraná Plantations Ltda., responsável pela criação da Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 1951, a aquisição de novas áreas teria possibilitado a formação da Gleba Cruzeiro, da qual surgiria Umuarama.

A violência da colonização desaparece. Não há referência aos conflitos decorrentes da ocupação da Serra dos Dourados, tampouco aos povos que já habitavam aquele território. A população indígena sequer é mencionada. Em seu lugar, os primeiros habitantes da região passam a ser descritos como "aventureiros atraídos pela nova região a ser explorada, vindos dos mais diversos estados brasileiros" (Prefeitura de Umuarama, s/a). O território aparece, assim, como vazio ou disponível, pronto para ser ocupado, enquanto o genocídio dos Xetá é ocultado da história oficial.

Saidiya Hartman (2021) observa fenômeno semelhante ao analisar as formas pelas quais projetos de modernidade podem se assentar sobre histórias de violência e apagamento. Ao percorrer antigas rotas do tráfico atlântico de pessoas escravizadas em Gana, registra a afirmação de um morador de que "apenas as bênçãos do tráfico de escravos permanecem", referindo-se à modernidade da cidade. A observação evidencia como determinados projetos de progresso podem celebrar seus resultados ao mesmo tempo em que silenciam as violências que os tornaram possíveis.

É justamente nessa tensão que esta pesquisa se insere. De um lado, encontram-se as narrativas oficiais, marcadas pelo pioneirismo, pela ocupação e pelo progresso; de outro, a presença indígena, continuamente apagada da história institucional. Esse apagamento, entretanto, nunca é absoluto. Os Xetá permanecem inscritos na paisagem urbana por meio de ruas, praças, monumentos e diferentes iniciativas de memória.

Em Umuarama há uma Avenida dos Xetá, uma Praça dos Xetá e o Bosque dos Xetás, onde se encontram quadros e uma escultura em homenagem ao povo. Além disso, o Umuaraminha, personagem indígena Xetá, foi incorporado como símbolo oficial do município pela Lei Orgânica Municipal nº 01/90. Por meio do projeto

homônimo, exemplares de seus jornais e gibis são distribuídos nas escolas da cidade desde a década de 1990³.

É esse movimento contraditório que proponho compreender como um jogo de luz e sombra. Os Xetá desaparecem da narrativa fundadora da cidade, mas reaparecem em diferentes espaços da cidade. Umuarama, portanto, produz um movimento ambíguo. Ao mesmo tempo em que silencia a centralidade dos Xetá em sua constituição histórica, multiplica referências ao povo em sua paisagem e para além dela.



Figura 1: Estátuas do Umuaraminha espalhadas pela cidade (2023).

Essa contradição ajuda a compreender por que os Xetá podem ser lembrados sem que a violência colonial seja efetivamente enfrentada. Como argumenta Françoise Vergès (2023), a exposição de sujeitos historicamente violentados pode servir para sustentar a ideia de que o presente representa uma superação do passado, deslocando a atenção das responsabilidades do Estado. De maneira semelhante, Ariella Azoulay (2024) demonstra como as narrativas do progresso transformam a destruição em condição necessária para a construção de futuros considerados desejáveis.

Em Umuarama, o pioneirismo parece operar justamente dessa maneira: celebram-se os resultados da colonização enquanto as violências que tornaram possíveis tais movimentos permanecem parcial ou totalmente invisibilizadas. Quando os Xetá

³ Na minha pesquisa de monografia intitulada “O *UMUARAMINHA*: A TEMÁTICA XETÁ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE UMUARAMA (PR)” exploro a relação do personagem e as temáticas Xeta no município.

aparecem, são frequentemente mobilizados como vestígios de um passado concluído, e não como sujeitos cuja história continua produzindo efeitos e reivindicações no presente.

Os Futuros Passados Xetá que se tecem nos arquivos

Nesse sentido, minha pesquisa encontra ressonância na noção de futuros passados, desenvolvida por Saidiya Hartman (2021). Ao construir contra-histórias da escravidão estadunidense, a autora argumenta que escreve um presente constantemente interrompido pelo passado. Não se trata de recuperar um passado encerrado, mas de reconhecer que ele continua produzindo efeitos e disputando os sentidos do agora.

Embora inserida em outro contexto histórico, essa formulação oferece uma importante chave para pensar minha própria investigação. Ao percorrer os arquivos, as ruas e as memórias de Umuarama, não procuro apenas reconstruir a história dos Xetá. Procuro compreender como diferentes passados continuam sendo tecidos no presente e como esses passados tornam possíveis determinados futuros. Afinal, como escreve Hartman (2021), a passagem do tempo não diminui o dano; muitas vezes, apenas o amplia. Se as narrativas produzidas pela cidade continuam silenciando a violência da colonização, elas também continuam produzindo seus efeitos.

É justamente nesse ponto que o arquivo adquire potência. Em pouco mais de uma semana de pesquisa no Centro de Documentação da História de Umuarama, encontrei mais de cinquenta documentos relacionados aos Xetá. Mas utilizo aqui uma noção ampliada de documentos. Assim como propõe Eliana Alves Cruz (Museu do Amanhã, 2022), tomo como documento não apenas textos administrativos ou oficiais, mas também fotografias, relatos, objetos, recortes de jornais, correspondências, vozes, pinturas e textos ficcionais produzidos pela população local. Tudo aquilo que preserva inscrições da presença Xetá na cidade pode ser interrogado como documento.

O que mais me chamou atenção não foi apenas a quantidade de documentos sobre os Xetá, mas o fato de eles continuarem ali. Se a narrativa oficial do município insiste em situar o nascimento de Umuarama na Inglaterra, como compreender a permanência de dezenas de registros que testemunham justamente aquilo que essa narrativa procura deslocar? A existência desses documentos revela que o apagamento nunca é absoluto.

Os mesmos processos institucionais que organizam determinadas memórias também preservam, ainda que involuntariamente, vestígios capazes de desestabilizá-las.

Esses materiais não apenas registram episódios de violência. Eles testemunham uma relação profunda entre Umuarama e os Xetá. Revelam que a história do município não começa na Inglaterra. A cidade já existia como território indígena muito antes de ser loteada, nomeada e administrada pelo Estado.

Dentre esses documentos, destaco a existência de quatro álbuns dedicados às fotografias dos Xetá, identificados pelos números 19, 21, 22 e 48. Ao todo, o acervo reúne 117 fotografias referentes ao povo Xetá. As fotos encontram-se em bom estado e o fato de haver volumes exclusivamente dedicados a essas imagens chama a atenção, evidenciando a importância que esse conjunto documental recebeu no momento de sua organização.

Ao mesmo tempo, no mesmo Centro de Documentação, há documentos que reproduzem a lógica colonial. Em diferentes registros produzidos pela própria municipalidade, os Xetá aparecem como um povo "proveniente do Mato Grosso", que teria sido encontrado na região durante a década de 1950 e posteriormente desaparecido ou retornado ao estado de origem. Um documento intitulado "O Município de Umuarama", por exemplo, descreve a ocupação da região a partir do contato do SPI com cerca de trezentos indígenas e, logo em seguida, desloca o foco para a colonização conduzida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, como se os Xetá constituíssem apenas um episódio anterior ao verdadeiro início da história local.

É justamente nessa coexistência de documentos contraditórios que o arquivo revela sua potência. Se alguns registros procuram deslocar os Xetá para outro território e para um passado encerrado, muitos outros insistem em reinscrevê-los como parte constitutiva da história da cidade. O arquivo, portanto, não fala com uma única voz. Ele abriga disputas.

Essa constatação aproxima minha pesquisa do gesto metodológico de Hartman (2021). Como observa Silva Souza (2021), seu trabalho não consiste apenas em analisar fontes ou reconstruir acontecimentos, mas em interrogar os próprios limites da historiografia diante de sujeitos cujos registros parecem conter apenas violência. Em

vez de aceitar que esses documentos produzam somente narrativas de morte, Hartman pergunta o que ainda pode ser construído a partir deles.

Talvez seja essa também a tarefa diante do arquivo Xetá. Os documentos encontrados não eliminam as lacunas nem desfazem o genocídio. Mas eles interrompem a narrativa oficial segundo a qual Umuarama teria começado na Inglaterra e revelam que a cidade continua preenchida pela presença Xetá. Nesse sentido, tecer futuros passados significa produzir outras possibilidades de memória, capazes de disputar as narrativas consolidadas e impedir que o apagamento continue produzindo novas formas de violência ou dando continuidade àquela que teve início com o contato. Se o genocídio não pertence apenas ao passado, talvez também não seja tarde para que essas memórias contribuam para interromper a continuidade do silêncio sobre a presença pretérita e presente dos Xetá.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aina. Diário de Campo e Diário Gráfico: contribuições do desenho à antropologia. **Áltera: Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, 2016.
- AZOULAY, Ariella Aisha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- FREHSE, F. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no 36. juldez de 2005.
- GUBER, R. El trabajo de campo como instancia reflexiva del conocimiento. In GUBER, R. **El salvaje metropolitano: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo**. Buenos Aires: Editorial Paidós. pp. 47-57, 2005.
- HARACENKO, A. A. de S. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.
- HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos**. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020.
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Tradução de José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- KAYAMORI, Leticia Zaniol. **O Umuaraminha: a temática Xetá na educação escolar de Umuarama (PR)**. 2023. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- LEITE, G.C.T. **Do contato aos dias atuais: sete décadas de notícias sobre os Xetá da Serra dos Dourados**. Monografia (Graduação). Curitiba: SCH/UFPR, 2017.
- LIMA, E.C. (org.). **Os Xetá no Círculo de Estudos Bandeirantes: a coleção Loureiro Fernandes**. Curitiba: PUCPRESS, 2021.
- LIMA, E.C.; PACHECO, R. **Povos Indígenas e Justiça de Transição: reflexões a partir do caso Xetá**. Aracê, n. 05, fevereiro, 2017.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Original de 1922).
- MOTA, L. T. **Os xetá no vale do rio Ivaí 1840-1920**. Maringá: EDUEM, 2013.
- MOTA, L.T.; FAUSTINO, R.C. **O SPI e os Xetá na Serra dos Dourados – PR: acervo documental 1948 a 1967**. Maringá: Eduem, 2018.

MUSEU DO AMANHÃ. Mesa-redonda "Ficções e fabulações afro-atlânticas", com Saidiya Hartman. YouTube, 29 nov. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E_XjmfTHsmY. Acesso em: 29 jun. 2026.

PACHECO, R. **Os Xetá e suas histórias**: memória, estética, luta desde o exílio. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PASSOS, L.R.B. As coisas Xetá: pessoas, instituições e coleções. Tese de doutorado (Antropologia). Curitiba: PPGAA/UFPR, 2021.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Prefeitura Municipal de Umuarama. Umuarama. Disponível em: <https://www.umuarama.pr.gov.br/umuarama>. Acesso em: 29 jun 2026.

SILVA, C. L. da. **Sobreviventes do Extermínio**: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

SILVA, M. D. de C. e. Fazendo etnografia no arquivo: possibilidades e desafios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 48, 2018.

SOUSA, Fernanda Silva e. Os ancestrais que não podem ser esquecidos. In: HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Tradução de José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 341–352.

TRIANA, B. Rastros, ruínas e decadência: contribuições para uma antropologia dos arquivos. **Revista de Antropologia**, v. 65, n. 2, p. e197956, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: Programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

ZILLI, A. C. F. **Selvageria, primitividade e extinção**: A construção do desaparecimento dos Xetá da Serra dos Dourados. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.